



Informativo

APUFPR-SSIND

Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - Seção Sindical do ANDES-SN

R. Dr Alcides Vieira Arcoverde, 1305 - Jardim das Américas - Curitiba-PR - CEP 81520-260

Edição Nº 47 | Maio de 2010

Impresso
Especial

9912208195/2008 DR/PR
APUFPR-SSIND

...CORREIOS...



Movimento docente participará do processo de reorganização da classe trabalhadora com a fundação de uma nova central

Pág. 4

Encontro dos aposentados discute representação do segmento nos conselhos superiores

Pág. 3

Entidades da UFPR articulam a criação de um fórum de mobilizações

Pág. 3

Servidores públicos obtêm primeira vitória contra o Projeto de Lei que prevê congelamento da folha de pagamento

Pág. 8

Entidades se reúnem para discutir formas de articulação da comunidade acadêmica

No dia 15 de maio, professores e servidores técnicos-administrativos estiveram reunidos na sede da APUFPR-SSind para discutir formas de articulação entre os setores que compõem a comunidade acadêmica da UFPR. A atividade foi organizada por entidades representativas dos trabalhadores da UFPR – Associação dos Professores (APUFPR), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público (Sinditest-PR) – e pela Associação dos Servidores (Asufepar).

Durante o encontro, os participantes discutiram a necessidade de se estabelecer instrumentos de articulação entre os servidores da UFPR como forma de ampliar a capacidade de mobilização e reivindicação por melhorias na qualidade do ensino, pesquisa e extensão e por melhores condições de trabalho na instituição.

Para a presidente da APUFPR, Astrid Avila, a realização do seminário marca uma nova etapa no processo de organização dos trabalhadores da Universidade, na busca por espaços de discussão sobre os problemas que afetam o seu cotidiano e por participação na gestão



da UFPR.

O principal encaminhamento do encontro foi a construção de um fórum de articulação entre o conjunto da comunidade acadêmica. O espaço, denominado “Fórum dos Dirigidos”, será uma forma de contraposição aos diversos fóruns de dirigentes por meio dos quais a administração da Universidade tem debatido com a comunidade universitária – dentre eles o dos diretores de setor, coordenadores de graduação e pós-graduação e chefes de departamentos –, mas que acabam por excluir a maioria dos servidores. A constatação durante o seminário é de que os dirigentes

são parte dessa comunidade e de que os dirigidos, que não possuem cargos, precisam também de um espaço para debater e manifestar suas posições sobre os rumos da instituição.

“Estamos inaugurando um novo espaço e uma nova forma de fazer movimento político na UFPR, pautado pela unificação de todos os setores afetados pelas políticas nacionais de educação e pela administração local em defesa de um projeto de educação pública e de qualidade”, defende Astrid.

Aulas de Dança

Todas as segundas-feiras e quartas - feiras
Horário: 16h30 às 18h e das 18h às 19h30
Local: Sede da APUFPR-SSind

BAR da APUFPR

Data: quintas - feiras e sextas feiras
Horário: 19h30
Local: Sede da APUFPR-SSind

Reunião mensal dos aposentados

Data: 27 de maio
Horário: 15h
Local: Sede da APUFPR-SSind

Audiência com o Reitor

Data: 28 de maio
Horário: 16h

Reunião sobre mudança de regime de trabalho (20h, 40h e DE) com os professores interessados

Data: 01 de junho
Horário: 16h
Local: Sede da APUFPR-SSind

Fórum dos Dirigidos

Data: 15 de junho
Horário: 11h
Local: Pátio da Reitoria

EXPEDIENTE

Informativo **APUFPR-SSind**

Publicação quinzenal da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná | Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Diretoria - Gestão 2009/2011

Presidente: Astrid Baecker Avila

Vice-presidente: Ivan Domingos Carvalho Santos

Secretário-geral: Luis Allan Künzle

1º Secretária: Carmen Lúcia Fornari Diez

Tesoureiro: João Francisco Ricardo Kastner Negrão

1º Tesoureiro: Fabiano Abranches Silva Dalto

Diretor Administrativo: Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque

Diretor Cultural: Rodrigo Rossi Horochovski

Diretor de Esporte: Walfrido Kühn Svoboda

Diretora Social: Elizabeth Garzuze da Silva Araújo

Diretor de Imprensa: Marcelo Sandin Dourado

Fale Conosco

Endereço: Rua Alcides Vieira Arcoverde, 1305, Jardim das Américas

CEP 81520-260 - Curitiba, PR - **Tel.:** (41) 3078-2424

www.apufpr.org.br

Produção

Studio Art - Comunicação Integrada | (41) 3026.0630

Equipe de Redação - Larissa Amorim, Thaíse Mendonça, Dalane Santos e Patrícia Herman
imprensa@apufpr.org.br

Revisão - Fabiane Ariello DRT/PR 6485

Projeto Gráfico - Guilherme Mikami

Diagramação - Larissa Amorim e Linecker Oliveira

Tiragem - 3.000 exemplares

Distribuição gratuita e dirigida

Os textos desta publicação estão de acordo com as novas regras

Aposentados discutem organização das atividades e necessidade de mobilização do segmento

Cerca de 60 professores estiveram reunidos, no dia 27 de abril, para a reunião mensal dos aposentados. A atividade teve como ponto principal a discussão sobre a forma de organização e condução dos encontros, que reúnem o conjunto dos docentes aposentados filiados ao sindicato.

A iniciativa de abordar esse tema surgiu da reivindicação de um professor aposentado, que solicitou que os encontros mensais fossem organizados e dirigidos independentemente da diretoria do sindicato. Para garantir um processo democrático de gestão das atividades e da própria entidade, a diretoria da APUFPR-SSind pautou a discussão em uma reunião agendada exclusivamente para que os aposentados decidissem como deveriam ser encaminhados os encontros.

Ao final da reunião os aposentados puderam prestigiar uma apresentação musical com fado e canções tradicionais da cultura portuguesa.

Durante a apresentação, os professores saborearam comidas e sobremesas lusitanas.

Direção dos encontros

O professor aposentado Joel Guardiano abriu a discussão defendendo a necessidade de construir a unidade dos professores aposentados. “Precisamos fortalecer a luta dos aposentados. Para isso, temos que fortalecer a união da categoria. Também precisamos nos mobilizar e organizar cada vez mais a associação em defesa dos aposentados”, argumenta.

Os professores presentes apresentaram o histórico de organização dos aposentados da UFPR nos últimos anos, destacando como uma conquista do segmento a inserção dessas reuniões no calendário de atividades das diretorias anteriores. Segundo o professor aposentado Lafaiete Neves, inicialmente os aposentados se reuniam isoladamente, com uma organização separada da APUFPR-SSind. “Na época avaliamos como um erro, pois ela serviu somente aos interesses da administração da Universidade. Com o tempo ela desapareceu e conseguimos organizar os aposentados dentro da entidade, nos fortalecemos e nossa luta avançou”, explica.

Para Neves, a organização em paralelo apenas serviria para o enfraquecimento dos aposentados. “Fazer um grupo separado é retroceder na história. Precisamos lutar junto com a diretoria, contra os ataques diretos que temos sofrido, que não são poucos. Essa diretoria tem pautado as discussões dos aposentados e levado nossas reivindicações”, destacou.

A professora aposentada Nair Nadoca também destacou a atuação da diretoria na organização dos eventos que agregam discussão política e um evento cultural. “A diretoria tem realizado com carinho e atenção estas reuniões e mantém a periodicidade mensal das atividades. O trabalho tem sido feito com muita dedicação, unindo nossa pauta com atividades culturais, que possibilitam a confraternização e socialização entre os aposentados”,



complementa.

Após a discussão, os presentes aprovaram por unanimidade que a organização dos eventos permaneça sob a responsabilidade da atual gestão da APUFPR-SSind. Como proposta da diretoria, aprovou-se também a formação de uma comissão composta por quatro professores que ajudarão no preparo e formulação da pauta das reuniões. Essa comissão é formada pelos docentes aposentados Nair Nadoca, Joel Guardiano, Celina Lacerda e Maria Josefina Polli Kawamura.

Representação nos Conselhos

Após a discussão sobre a organização dos encontros, a presidente da APUFPR-SSind, Astrid Avila, informou os docentes sobre a questão da representação dos aposentados nos Conselhos Superiores da Universidade.

A presidente explicou que a solicitação já foi encaminhada à

administração central da UFPR, conforme deliberado nos encontros anteriores, e que aguarda aprovação no Conselho Universitário (COUN). “Fomos convidados pelo reitor na última reunião do COUN, da seção especial para alteração do Estatuto da Universidade, para expor a questão, mas na mesma ocasião fomos informados que alguns conselheiros não se sentiam a vontade em debater o assunto com a presença do sindicato, e fomos convidados a nos retirar da sessão”, relatou.

Os aposentados presentes na reunião discutiram a necessidade de mobilização da categoria para que essa esteja presente e organizada na sessão do COUN que decidirá a questão da representação – que será realizada em maio deste ano.

Assim, foi formada uma comissão destinada a discutir com os diretores de cada setor da UFPR sobre a importância desta vaga para os aposentados. Esta ação visa sensibilizar os diretores de setor a defenderem os aposentados na votação do COUN.

APUFPR-SSind discute fundação de nova central e o processo de reorganização da classe trabalhadora

A APUFPR participará do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que acontece nos dias 5 e 6 de junho, em Santos. Na última assembleia, realizada no dia 11 de maio, foram eleitos três delegados – os professores Luis Allan Kunzle, Milena Martinez e Cláudio Tonegutti – que representarão a entidade no Congresso.

O Conclat tem a função de oficializar a fundação de uma nova central composta por setores do movimento sindical, como a Conlutas, a Intersindical e a Pastoral Operária, e por movimentos populares, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Terra, Trabalho e Liberdade (MTL).

Para o tesoureiro geral da APUFPR-SSind, professor João Negrão, a iniciativa tem como objetivo im-

pulsionar o processo de reorganização dos setores que romperam com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e estabelecer a unidade e o fortalecimento da classe trabalhadora. “Esse é um momento importante para que as lideranças sindicais façam uma avaliação e aprofundem esse debate sobre a fundação de um novo instrumento de organização”, destaca.

Negrão explica que o movimento docente tem debatido a necessidade de se restabelecer instrumentos de fortalecimento e unidade da classe trabalhadora desde 2004, com a desfiliação da CUT, no Congresso Nacional de 2005, e a participação ativa na fundação e consolidação da Conlutas. “Nós passamos oito anos do governo Lula sendo extremamente isolados e colocados à mar-



gem do processo de negociação com o próprio governo. Nós precisamos nos fortalecer enquanto classe tra-

balhadora e organizar os trabalhadores segundo outro ponto de vista, outra concepção de sociedade”.

Retomar a unidade da classe trabalhadora

Antes da assembleia geral, a APUFPR realizou também um debate com representantes da Conlutas e da Intersindical para aprofundar a discussão sobre a necessidade de reorganização da classe trabalhadora frente à conjuntura de retirada de direitos e de desmobilização dos movimentos sociais a partir das políticas neoliberais da década de 1990.

O diretor da Federação Nacio-

nal de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS) Hélio de Jesus – representante da Intersindical no debate – ressaltou que a conjuntura comum de reivindicações e greves no funcionalismo público demonstra a necessidade de pautar a construção de instrumentos que unifiquem os diversos setores em luta. “Todo processo de reorganização deve partir de

uma necessidade real dos trabalhadores. Vivemos um processo de ataques e de resistência a esses ataques e existe uma necessidade visível de unificar as diversas lutas que hoje estão isoladas”, defende.

Já o servidor do IBGE e dirigente da Conlutas, Paulo Barela, lembrou em sua exposição que a classe trabalhadora sofre ainda com a conjuntura de crise econômica mundial – iniciada em 2007,

e expressa, mais recentemente, na crise enfrentada pela Grécia. Essa conjuntura intensifica o processo de exploração sobre os trabalhadores, com diminuição de salários e retirada de direitos sociais.

“A conjuntura em que nós vivemos requer a unidade da classe e coloca a necessidade de iniciarmos um processo que unifique todos aqueles que querem lutar contra o capital”, argumenta Barela.

Uma nova central, com uma nova estrutura

No Conclat, os delegados eleitos em assembleias irão decidir sobre o caráter, a forma de organização e a estrutura da nova central.

Para o secretário geral da APUFPR, professor Luis Allan Künzle, esse processo coloca em discussão a superação da estrutura tradicional das organizações sindicais, atreladas e dependentes do financiamento estatal. “Nós vivemos ainda na herança do sindicalismo de Vargas. A maior parte das centrais vive do imposto sindical obrigatório e as centrais que tinham um discurso diferenciado, no fundo, hoje funcio-

nam como correntes de transmissão do governo”, critica.

Künzle defende ainda a necessidade de se pensar uma forma de organização que possibilite a construção de uma entidade independente, democrática e mais próxima das necessidades reais dos trabalhadores. “Vamos discutir no Congresso a proposta de que os dirigentes dessa nova central sejam escolhidos direto nas entidades de base, para evitar a possibilidade de que algumas pessoas fiquem eternamente na direção da Central”, destaca.



Conceito de classe



O caráter da central – classista ou amplo, com a participação de movimentos populares, minorias organizadas e de estudantes – também deverá ser decidido no Conclat.

Negrão explica que o movimento docente defende um conceito ampliado de classe, considerando como trabalhador não apenas aqueles que estão submetidos diretamente a essas relações de produção, mas também estudantes, aposentados e desempregados que se identificam com o projeto da classe trabalhadora. “A recuperação desse conceito significa uma movimentação política contrária a

organização das centrais tradicionais”, pontua o professor.

A questão da centralidade da classe também deverá nortear a decisão sobre a participação das minorias organizadas na nova central. Segundo Negrão, essa participação não se justifica apenas por serem grupos de gênero, etnia e sexualidade, mas por essas relações de opressão serem entendidas como relações submetidas à relação de classe. “O que unifica essas minorias é justamente a questão da classe trabalhadora, essas discussões devem ter um recorte classista para que avancemos nesse processo”, argumenta.

Em defesa dos Docentes Aposentados

Srs. Parlamentares

Dirigimo-nos aos Srs. para expressar nosso sentimento de indignação e nossa absoluta desconformidade em relação à forma como os docentes das Instituições de Ensino Superior em nosso país, sobretudo os do segmento dos aposentados, vem sendo tratados, quer pelos Governos Federais, Estaduais e Municipais, quer pelo patronato privado. Nesse sentido, solicitamos atenção para o que segue:

NOSSO PAPEL

Não é preciso destacar o relevante papel que cumprimos no campo da educação superior, garantindo, nessas Instituições, mesmo que em condições adversas, insubstituíveis e relevantes trabalhos para o desenvolvimento da nossa sociedade.

Nossa atuação nos campos da formação profissional, nos mais variados ramos de atividade, em especial da própria educação preparando novos educadores, da pesquisa científica e da inovação tecnológica, condição indispensável para alavancar um desenvolvimento soberano, sem falar no trabalho de prestação de serviços à comunidade, complementando a rede assistencial pública, sabidamente insuficiente frente as necessidades da nossa população, é fator essencial para qualquer política comprometida com o projeto de sociedade que almejamos para o nosso país.

Entretanto, a preservação do princípio da indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão, imprescindível para que se garanta educação superior de qualidade só pode ser alcançada se as condições de exercício profissional dos docentes forem respeitadas.

AS DIFICULDADES E OS ATAQUES

A precarização das condições de trabalho, os baixos patamares de remuneração, hoje sob ameaça de congelamento, a política de arrocho salarial, a ausência e as constantes mudanças nos planos de carreira - formulados sem critérios, pela ausência de um plano de diretrizes gerais, que demarque os princípios que devem ser respeitados para a elaboração desses estatutos, independente de seus vínculos e dos níveis de ensino a que se destinem as carreiras - a redução dos quadros funcionais, o emprego de professores substitutos em caráter permanente, o aumento da carga de trabalho, as exigências absurdas de produtividade, a ausência de planos de capacitação e as crescentes formas de assédio moral que vem sendo desenvolvidas nos locais de trabalho, são alguns dos elementos que ameaçam o presente e o futuro de nossa categoria profissional, que por tudo isso vem sendo levada a crescentes níveis de adoecimento, conforme comprovam as pesquisas e os registros médicos.

O exemplo mais emblemático desse descaso e do futuro que se desenha, caso persistam tais condições, estão expressos, hoje, nas condições de vida, nos ataques e nas perdas que vem sofrendo os docentes apo-

sentados da educação superior de nosso país.

Nos defrontamos, hoje, com inúmeras questões que refletem esse quadro de abandono e irresponsabilidade, entre elas:

a) Somos vítimas de assédio moral! Carregamos o estigma de “marajás”, “vagabundos” e “peças descartadas” que passam a simbolizar, em função do discurso desqualificante que os Governantes passaram a utilizar, argumentos que justificam as medidas punitivas que são empregadas em relação aos aposentados;

b) Perdemos o estatuto da paridade e da isonomia, sob a justificativa de que isso impedia a implantação de uma política salarial para os servidores da ativa;

c) Convivemos com um cipoal de regras de aposentadoria, que foram implantadas com o objetivo de dificultar esse processo, ampliando nossa jornada de trabalho e obrigando-nos a comprovar nosso tempo de contribuição, num contexto onde a regra nas relações de trabalho, ainda convive com o trabalho informal;

d) Temos de nos submeter ao famigerado “fator previdenciário” que impôs perdas salariais e maior tempo de exploração de nossa força de trabalho;

e) Somos obrigados a recolher contribuição para o INSS, ainda que o tenhamos feito durante todo tempo de vida funcional, em um processo de retribuição injustificável;

f) Submetem-nos a perdas financeiras e a perda de status, em função das regras de transposição quando

das alterações nas carreiras;

g) Negam-nos reajustes salariais equivalentes aos percentuais de correção do Salário Mínimo, impondo-nos perdas crescentes e desvalorização gritantes em nossos proventos de aposentadoria e pensões;

h) Obrigam-nos a recorrer a justiça para garantir direitos que a suprema corte judicial, o STF e o STJ, já nos deram direito de causa, como é o caso da aplicação do Mandado de Injunção 880;

i) Sofremos discriminação salarial quando da criação de gratificações de desempenho no serviço público, na medida que são atribuídos valores diferenciados para pagamento de ativos e aposentados.

NÃO HÁ O QUE JUSTIFIQUE OS ATAQUES AOS DOCENTES APOSENTADOS

Os dados levantados pela Auditoria Cidadã da Dívida, assim como as publicações anuais da ANFIP, por todos conhecidos, demonstram a falácia da inexistência de recursos ou de déficit dos orçamentos da seguridade social. Não existe argumento econômico capaz de justificar a insuficiência de recursos para a educação, assim como para o pagamento dos salários e dos benefícios previdenciários daqueles que a ela se dedicam, onde se incluem os proventos de aposentadoria e a pensão aos dependentes, como vem acontecendo há muito tempo em nosso país. Com esse verdadeiro abandono, quebra-se um dos pilares de qualquer propos-

Aposentados lutam por reajuste nas aposentadorias e pelo fim do fator previdenciário

ta séria que objetive a construção de uma sociedade soberana, mais humana, justa, igualitária e solidária.

As difíceis condições de vida e o estigma a que são submetidos os aposentados são o “prêmio” que recebem por terem dedicado seu trabalho à construção de nossas Universidades e terem dado sua contribuição ao desenvolvimento de nosso país.

Além disso, a onda de reformas (previdenciária, trabalhista, da educação, entre outras) e de alterações na legislação infra-constitucional, a título de reestruturar o Estado adaptando-o a um novo modelo de gestão, preconizado pelo neoliberalismo, tem servido não apenas para ajustar a função das Instituições ao novo papel que devem cumprir para atender aos interesses do capital, mas, também e sobretudo, para “adaptar” os trabalhadores a essa maquiavélica lógica.

No caso dos aposentados, os ataques que lhes vem sendo desferidos, para além da falsa desculpa de “corrigir distorções” e “reduzir custos” para garantir o “ajuste fiscal” e aumentar o “superávit primário” destinado ao pagamento de juros da chamada dívida pública, constituem-se em uma espécie de ameaça aos trabalhadores da ativa, na linha de que: “Vejam o que vai acontecer com Vocês, caso persistam na resistência às propostas modernizantes que propomos!”

Ou seja, além de vítimas, nós aposentados, passamos a ser exemplo a não ser seguido pelos traba-

lhadores da ativa !

O QUE ESPERAMOS E EXIGIMOS DOS PARLAMENTARES

Frente aos elementos de esclarecimento expostos, mais do que compreensão, esperamos e exigimos dos Srs. Parlamentares posturas firmes de independência em relação às medidas Governamentais que retiram direitos, determinam perdas e ferem a dignidade dos docentes aposentados, assim como as de mesma natureza, que se originam no Congresso Nacional pela iniciativa de parlamentares pertencentes a partidos que ao governo dão sustentação.

É preciso em relação a tais propostas coerência política. Não é admissível que aqueles que ontem se colocavam ao lado dos trabalhadores, hoje assumam posições contrárias às propostas que então defendiam. Também, aqueles que ontem nos atacavam precisam, hoje, em nome da ética da responsabilidade rever suas posições, reconhecendo seus equívocos e propondo medidas de correção das injustiças que, inadvertidamente ou não, ajudaram a estabelecer.

Assim, pois, para além das tradicionais homenagens que temos sido alvos e, de que sem dúvida pelo nosso trabalho e dedicação nos tornamos merecedores, esperamos dos Srs. ações políticas concretas e posicionamentos coerentes na hora das votações.

Diretoria do ANDES-SN

A APUFPR-SSind, representada pelos docentes Lafaiete Neves, Celina Lacerda e Maria Josefina Polli Kawamura, esteve presente no Congresso Nacional, em Brasília, no dia 4 de maio, em defesa dos direitos dos aposentados.

Durante a sessão, o segmento obteve duas conquistas, a primeira vitória refere-se ao reajuste de 7,7% para os aposentados, porcentagem maior que o 6,1% proposto pelo governo federal. Esse projeto foi aprovado pelos deputados federais e agora tramita no Senado Federal.

A segunda conquista se deu com a derrubada do fator previdenciário, mecanismo criado em 1999 para inibir as aposentadorias por tempo de contribuição.

Na prática, o fator previdenciário estabelece a idade mínima de 60 anos para mulheres e 65 para homens para que o trabalhador se aposente com direito ao salário integral, mesmo que o tempo de contribuição seja superior ao exigido. A lei também autoriza a aposentadoria proporcional, com redução de benefícios, a partir dos 53 anos e 30 de contribuição para o homem e 48 anos e 25 de contribuição para as mulheres.

O projeto também foi aprovado na Câmara Federal e agora está sob responsabilidade do

Senado. Se o mecanismo efetivamente for derrubado, o trabalhador que atingir o tempo mínimo de contribuição terá direito a aposentadoria integral.

O segmento dos aposentados sofreu com perdas salariais e com maior tempo de exploração da força de trabalho impostas pelo fator previdenciário, além de possuírem reajustes inferiores aos pagos para os trabalhadores ativos.

O ANDES-SN publicou uma carta em defesa dos docentes aposentados. No documento é defendida a relevância do segmento para o desenvolvimento da sociedade e o papel do professor aposentado é ressaltado devido à contribuição destinada ao ensino superior durante a atividade da carreira docente.

Os professores aposentados precisam se organizar e realizar mobilizações a fim de pressionar os senadores e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que haja agilidade na votação dos dois projetos, já que no dia 1º de junho eles perdem a validade.

Em outras votações com esse caráter, os senadores votaram junto com os deputados federais, mas existe a possibilidade de veto por parte do presidente Lula. Caso seja aprovado pelo Senado e sancionado pela presidência, o fim do fator previdenciário passará a valer em 2011.

APUFPR leva propostas ao III Encontro Nacional de Comunicação Sindical do ANDES-SN

Nos dias 21 e 23 de maio, aconteceu o III Encontro Nacional de Comunicação Sindical do ANDES-SN. A APUFPR esteve presente no evento, que ocorreu em Brasília, a fim de levar os encaminhamentos aprovados na assembleia geral extraordinária realizada pelo sindicato no dia 11 de maio.

As propostas foram discutidas inicialmente no Encontro Regional de Comunicação Sindical realizado nos dias 16 e 17 de abril, em Curitiba. O evento regional, que ocorreu na sede da APUFPR-SSind, contou com a presença de diretores e profissionais da comunicação de seis seções sindicais do ANDES-SN.

Encaminhamentos da APUFPR

Os encaminhamentos pretendem fazer com que a área de comunicação do sindicato nacional e das seções sindicais seja melhor estruturada, para que funcione como uma ferramenta estratégica dessas entidades.

A APUFPR propôs que as seções sindicais produzam Textos de Resolução (TRs) que levem o debate sobre comunicação para os congressos do ANDES-SN. “Em relação a isso, nós já nos comprometemos a produzir um TR sobre o tema para o Conselho Nacional do ANDES-SN (Conad)”, afirma a presidente do sindicato, Astrid Avila. Segundo ela, a medida possibilitará que a comunicação passe a ser discutida mais profundamente nesses espa-

ços e que a entidade formule políticas estratégicas de comunicação sindical.

Além disso, há encaminhamentos que propõem reuniões do coletivo de comunicação nas regionais e que nacionalmente sejam organizados encontros entre os profissionais de comunicação das seções sindicais.

De acordo com Astrid Avila, os outros pontos que foram levantados pela APUFPR no Encontro Nacional têm relação com a valorização dos profissionais de comunicação tanto pelo ANDES-SN quanto pelas seções sindicais. “Precisamos oferecer melhores condições de trabalho para esses profissionais e nos colocar contra a precarização e a sobrecarga de tarefas. Também é preciso

investir na profissionalização do setor de comunicação, como já é realizado no setor jurídico da entidade”, aponta a presidente.

Nas propostas há também questões referentes à produção e disponibilização dos materiais produzidos pelo sindicato nacional, como é o caso da revista Universidade e Sociedade, e a possibilidade dos Grupos de Trabalho (GTs) do ANDES-SN formularem, junto aos jornalistas, textos de análise para embasar a diretoria nacional e as seções sindicais. “Se esse caráter jornalístico for dado aos relatórios dos GTs, vai ser muito mais fácil veicular esses materiais nos boletins das seções sindicais”, garante Astrid Avila.

Servidores públicos obtém primeira vitória, PL 549 é rejeitado pela CTASP

O Projeto de Lei Complementar nº 549/09, que prevê o congelamento da folha de pagamento dos servidores públicos por dez anos, foi rejeitado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) por unanimidade, na manhã do dia 12 de maio.

Os deputados aprovaram o parecer do relator da Comissão, deputado Luiz Carlos Busato (PDT-RS), que se posicionou contra o projeto.

O PL 549 segue, com parecer pela rejeição, para a apreciação da Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento e caso seja aprovado nessa etapa, chega ao plenário com dois pareceres distintos. Entretanto, se for rejeitado novamente, a

tramitação do projeto deve ser encerrada.

O relator da CTASP havia assumido esse compromisso durante a Marcha Unificada da Frente Nacional Contra o Projeto de Lei Complementar 549/2009, que reuniu mais de duas mil pessoas, no dia 15 de abril, em Brasília. “Essa foi a nossa primeira grande vitória depois de oito anos de governo Lula”, destaca a professora aposentada Milena Martinez, que esteve presente no ato, em Brasília.

A docente conta que a marcha organizada pela Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNEF) teve um impacto bastante efetivo tanto na pressão junto aos deputados no Congresso

Nacional, quanto no processo de reorganização dos diversos setores do funcionalismo público federal que se unificaram contra o projeto.

Para a presidente da APUFPR-SSind, Astrid Avila a vitória se deu devido à mobilização do conjunto de categorias dos servidores públicos na luta unificada contra o PL. “Isso mostra que quando a classe trabalhadora está mobilizada nossas reivindicações são atendidas. As manifestações por todo o país surtiram efeito e agora precisamos nos manter organizados, já que os servidores públicos vem sofrendo diversos ataques”, afirma.

Além de alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o PL 549 prevê a redução de gastos com os ser-

vidores públicos durante dez anos, de 2010 a 2019.

No projeto há a proposta de que o aumento anual da folha de pagamento dos servidores não ultrapasse o índice da inflação acrescida de 2,5% ou a taxa do crescimento do PIB, o que apresentar o valor menor.

Também estão previstos o impedimento da realização de novos concursos e a diminuição do repasse financeiro que garante o funcionamento do serviço público. Nesse âmbito estão inclusos a limitação de despesas com construção, ampliação ou reformas na administração pública e a imposição da redução de recursos da União na área social.